

ONG britânica denuncia chegada de madeira irregular da Amazônia à Europa e aponta utilização em deques na Holanda

Category: AMAZÔNIA, GERAL, MUNDO

escrito por Alice Kellen | 25 de junho de 2026



Um relatório da ONG britânica Earthsight, publicado nesta segunda-feira, denuncia que milhares de metros cúbicos de madeira derivados de uma concessão florestal alvo de investigações na Amazônia chegaram ao mercado europeu. O destino final do material, segundo o documento, foram obras de infraestrutura e paisagismo na Holanda. Para a organização, o caso “evidencia fragilidades nos sistemas de certificação e nos mecanismos de controle das cadeias globais de fornecimento de madeira”.

O relatório “Cuidado onde você pisa! O deck holandês construído com madeira suspeita da Amazônia” aponta que o material foi fornecido pela Samise Indústria, Comércio e Exportação Ltda. O estudo aponta que a empresa paraense “acumula multas, suspensões operacionais e uma condenação criminal”.

A investigação, que contou com apoio do Center for Climate Crime Analysis (CCCA), utilizou imagens de satélite, decisões

judiciais, documentos de transporte e registros de exportação relacionados à atuação da Samise na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no Pará, para apurar a origem da madeira.

Segundo a ONG, o angelim-vermelho – espécie amplamente utilizada em deques, passarelas e estruturas externas – chegou ao mercado holandês por meio de importadoras que comercializam madeira certificada para obras de infraestrutura e paisagismo.

Entre as empresas que receberam madeira derivada dessa cadeia de fornecimento, segundo o estudo, estão a Hoogendoorn Hout e a Van den Berg Houtgroep – duas das importadoras europeias de madeira tropical brasileira com mais espaços de mercado.

– A madeira investigada percorreu toda a cadeia de fornecimento e muito provavelmente chegou ao mercado europeu mesmo após suspensões operacionais, multas e investigações. Isso evidencia falhas tanto nos mecanismos de certificação quanto na fiscalização das cadeias globais de comércio de madeira – afirma Rafael Pieroni, líder da Earthsight para a América Latina.

“Entre os episódios destacados pela investigação estão a suspeita de adulteração da identificação de mais de 600 toras avaliadas em cerca de 550 mil reais, a suspensão das operações após indícios de fraude, o transporte de madeira durante período de suspensão operacional e o envio de produtos para a serraria Greenex, posteriormente comercializados nos mercados doméstico e internacional”, diz a ONG Earthsight.

Os dados presentes no estudo da ONG mostram que, “além das multas totalizando aproximadamente R\$ 7 milhões por violações das leis brasileiras”, a Samise “também devia mais de R\$ 2,2 milhões ao governo federal em penalidades relacionadas ao não pagamento das taxas de concessão, o que levou a mais uma suspensão de suas atividades em março de 2025”.

Certificação

O estudo aponta que a empresa possuía certificação do Forest Stewardship Council (FSC) desde 2016 e foi alvo de sucessivas suspensões entre 2023 e 2025 – o cancelamento do certificado ocorreu apenas em março de 2026.

Nesta segunda-feira, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima publicou no Diário Oficial a decisão do diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) de extinguir o contrato com a Samise. Houve o entendimento de que a empresa não consegue cumprir os acordos previstos. A Samise ainda pode tentar reverter a decisão no prazo de dez dias.

O GLOBO tentou contato com a Samise por telefone, mas não teve retorno até a publicação da reportagem.

Limitação de certificação

O relatório também aponta que a certificação do FSC permaneceu válida “durante boa parte do período em que a empresa acumulava sanções e questionamentos por parte de órgãos ambientais brasileiros”.

Para a Earthsight, o caso evidencia “limitações tanto do sistema de certificação florestal quanto da aplicação do Regulamento da União Europeia sobre Madeira (EUTR), legislação em vigor desde 2013 que proíbe a entrada de madeira produzida ilegalmente na União Europeia e exige que importadores adotem procedimentos de diligência para verificar a legalidade de suas cadeias de suprimento”.

Segundo a organização, uma parcela relevante de empresas “continua tratando certificações ambientais como principal instrumento de verificação, sem realizar análises independentes mais aprofundadas sobre a origem dos produtos”. Uma das conclusões da investigação é, portanto, que a dependência excessiva de certificações pode permitir que

riscos relevantes passem despercebidos ao longo da cadeia de fornecimento.

A ONG defende a necessidade de “implementação rigorosa da nova regulamentação europeia voltada ao combate ao desmatamento, cuja entrada em vigor está prevista para dezembro de 2026”. Entre outros pontos, a norma exigirá controles mais robustos sobre a origem de produtos florestais comercializados no mercado europeu.

– À medida que a União Europeia se prepara para implementar a nova regulamentação antidesmatamento, este caso reforça a necessidade de que a diligência das empresas vá muito além da simples verificação de certificados ambientais – conclui Pieroni.

Fonte: O GLOBO e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
25/06/2026/17:02:23

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:5511984046835)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:5511984046835) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*